

Telegram atende exigências e volta a ser liberado no país



O ministro Alexandre de Moraes, que havia determinado o bloqueio do Telegram Pedro Ladeira/2.out.19/Folhapress

Moraes revoga decisão e libera funcionamento do Telegram no Brasil

Ministro entendeu que houve cumprimento de ordens anteriores do Supremo, após estabelecimento de contato com a plataforma

Vinicius Sassine

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu no fim da tarde deste domingo (20) permitir o funcionamento do Telegram no Brasil, após o cumprimento, pela plataforma, de determinações feitas pelo magistrado.

Moraes havia acolhido um pedido da Polícia Federal e determinado que plataformas e provedores de internet bloqueassem o funcionamento do Telegram em todo o Brasil.

Essa primeira decisão se tornou pública na sexta-feira (18). No sábado (19), o ministro proferiu uma nova decisão e estabeleceu um prazo de 24 horas para que o Telegram cumprisse determinações anteriores, relacionadas principalmente à exclusão de perfis bolsonaristas destinados à difusão de notícias falsas.

O prazo terminou às 16h44 deste domingo. A notificação ao Telegram ocorreu às 16h44 do sábado.

A previsão era de que o bloqueio começaria a valer a partir desta segunda-feira (21). Na prática, o Telegram não chegou a ser suspenso em massa.

O ministro do STF considerou que houve "atendimento integral" das determinações feitas à plataforma. A empresa informou o cumprimento das medidas às 14h45 deste domingo, pouco antes do fim do prazo de 24 horas.

Assim, Moraes revogou a decisão de suspensão integral do funcionamento do Telegram no Brasil.

O presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Wilson Wellich, deve ser comunicado para adoção imediata de providências no sentido de manter o funcionamento do Telegram.

O mesmo deve ocorrer com empresas como Apple e Google e com empresas provedoras de internet, para que deixem de impor obstáculos ao funcionamento do aplicativo.

No sábado, o ministro fez quatro determinações, como requisito para a garantia do funcionamento do Telegram:

1) necessidade de indicação do representante da empresa no Brasil (pessoa física ou jurídica);

2) informação de todas as

providências adotadas para combater desinformação e divulgação de notícias falsas no canal;

3) imediata exclusão de publicações no link jairbolsonaro.br/2020;

4) bloqueio do canal claudiolessajornalista (Claudio Lessa, bolsonarista, é servidor da Câmara dos Deputados).

Os perfis e links foram excluídos, como constatou o STF. Além disso, o Telegram informou o cumprimento integral das medidas que restavam, indicou um representante oficial no Brasil e informou qual será sua política de combate à desinformação, como consta na decisão deste domingo.

O representante da plataforma no país passa a ser o advogado Alan Campos Elias Thomaz, conforme informado pela empresa ao STF.

O Telegram afirmou ainda que haverá um monitoramento manual dos 100 canais mais populares do país, diariamente. Postagens poderão ser marcadas como "imprecisas", a partir de parcerias com agências brasileiras de checagem.

Quem divulgar fake news não poderá criar novos canais, conforme o Telegram.

A plataforma confirmou ainda que excluiu postagem no canal do presidente Jair Bolsonaro (PL), contida em jairbolsonaro.br/2020.

O link permitia acesso a documentos de um inquérito sigiloso da PF sobre ataque hacker ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O material foi usado por Bolsonaro para lançar novos ataques infundados às urnas eletrônicas. O presidente passou a ser investigado em razão dessa divulgação.

A resposta ao STF é assinada pelo fundador do Telegram, Pavel Durov, e contém um novo pedido de desculpas ao Supremo.

Todos os perfis relacionados ao blogueiro bolsonarista Alan dos Santos foram bloqueados, conforme o Telegram.

Santos permanece foragido. Em outubro de 2021, Moraes determinou a prisão preventiva e o imediato processo de extradição do blogueiro, que vive nos EUA. Ele é suspeito de difusão de fake news e de integrar milícia digital para atacar a democracia brasileira.

+

O QUE FOI SOLICITADO PELO STF

• Necessidade de indicação do representante da empresa no Brasil

• Informação de todas as providências adotadas para combater desinformação e divulgação de notícias falsas no canal

• Exclusão de publicações no link jairbolsonaro.br/2020

• Bloqueio do canal claudiolessajornalista

A plataforma de mensagens também indicou intenção de auxiliar o TSE, no que diz respeito à veracidade de compartilhamento de informações em ano de disputa pela cadeira de presidente da República.

O Telegram é visto como uma das principais preocupações para as eleições de 2022 devido à falta de controles na disseminação de fake news e se tornou também alvo de discussão no Congresso e no TSE para possíveis restrições em seu funcionamento no Brasil.

Na Alemanha, com cerca de 8 milhões de usuários, o Telegram vinha igualmente se recusando a conversar com autoridades que atuam no enfrentamento a ações de grupos extremistas.

A plataforma mudou recentemente de postura com a sinalização de que medidas mais drásticas poderiam ser adotadas, incluindo o seu banimento do país. Bloqueio ou mais de 60 canais usados por radicais em atendimento a um pedido da polícia alemã.

A ferramenta é usada amplamente usada pela militância bolsonarista. O presidente conta com mais de 1 milhão de inscritos em seu canal, usado para a divulgação de ações do governo.

Nas redes sociais, Bolsonaro tem convocado apoiadores a se inscreverem em seu canal no serviço de comunicação, onde divulga ações do governo diariamente. Recentemente, ele chamou de covardia o cerco à plataforma e disse que o governo está "tratando" do assunto.

Após a decisão de Moraes, o presidente classificou o bloqueio do Telegram de "inadmissível" e disse que a determinação do ministro poderia causar até óbitos no Brasil.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, disse que buscava uma solução para recorrer à decisão do ministro do STF. afirmou que "milhões de brasileiros" estão sendo "prejudicados repentinamente por uma decisão monocrática".

O advogado-geral da União, Bruno Bianco Leal, havia entrado com um pedido de medida cautelar ao STF contra a ordem de bloqueio. O pedido do advogado-geral foi direcionado à ministra Rosa Weber.

Procuradoria quer app sob pressão constante

Ministério Público Federal vai requisitar informações sobre moderação de conteúdo e combate à desinformação

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O MPF (Ministério Público Federal) em São Paulo acionará o canal de comunicação disponibilizado pelo Telegram ao STF (Supremo Tribunal Federal) para requisitar dados sobre moderação de conteúdo e combate à desinformação dentro das investigações que os procuradores conduzem para tentar enquadrar o serviço de mensagens. O aplicativo é alvo de inquérito civil que trata da atuação das principais plataformas no país. Apesar de a empresa ter cumprido a decisão do ministro Alexandre de Moraes e conseguido reverter o bloqueio decretado pelo magistrado, o trabalho de apuração prossegue na Procuradoria.

Reagir pontualmente a determinações judiciais, avaliam os investigadores, não basta. "É impositivo que seja dado seguimento normal às diligências", afirma o órgão em manifestação da sexta-feira (18), logo após a divulgação da ordem de Moraes de suspender a plataforma —a medida foi revogada neste domingo (20). Um ofício será remetido ao email indicado pelo Telegram para o recebimento de demandas judiciais solicitando ainda informações sobre aspectos operacionais da ferramenta. O pedido já havia sido enviado a outros endereços eletrônicos da ferramenta e não houve resposta.

Conforme mostrou a Folha, o MPF propôs uma ação de cooperação internacional

com o objetivo de buscar junto à empresa, a partir de uma intervenção judicial, detalhes sobre a política de enfrentamento a práticas organizadas de desinformação e de violências na internet.

Mais do que um pedido de informações, a iniciativa é uma tentativa de obtenção de "provas documentais" na apuração que "visa uma melhor regulação da esfera pública digital brasileira".

Um eventual silêncio do Telegram frente a uma intimação judicial poderia ser considerado um fato relevante e abriria caminho para ações mais drásticas.

No final do mês passado, a Justiça Federal em São Paulo acatou o pedido dos procuradores e mandou intimar o aplicativo para que ele se manifeste, caso seja de seu interesse. Cartas rogatórias serão encaminhadas ao Judiciário nos Emirados Árabes, onde está a sede da empresa, e no Reino Unido.

A ordem de Moraes e seus desdobramentos, incluindo a reação de Pavel Durov, fundador e CEO do Telegram, porém, abriram na Procuradoria nova perspectiva de avanços no trabalho.

O inquérito do fake news do STF no qual foi imposto o bloqueio, tem natureza criminal e está relacionado a pessoas suspeitas da prática de ilícitos penais. São alvos o presidente Jair Bolsonaro (PL), por causa das declarações falsas que fez sobre as urnas eletrônicas, e seus aliados.

O trabalho dos procuradores,



Tela de celular com ícones de aplicativos, incluindo o Telegram (à direita, ao alto) Damien Meyer / AFP

“A grande maioria das principais plataformas do país [...] também age proativamente, promovendo a remoção de postagens incompatíveis com seus termos de uso

Ministério Público Federal em SP em inquérito civil público

res, por sua vez, é de natureza cível e diz respeito às ações e omissões que as principais plataformas que operam no Brasil têm adotado frente ao fenômeno das notícias falsas e da violência digital.

Nessa apuração foram cobradas informações de Twitter, Instagram, Facebook/Meta, YouTube, WhatsApp e Telegram a respeito de providências que estão adotando para regular comportamentos abusivos na internet. O aplicativo criado e dirigido por Durov não respondeu.

A Procuradoria afirma que o cumprimento de ordens pontuais de remoção de conteúdo, como as que foram listadas pelo ministro Moraes, é dever de toda plataforma que

opera no Brasil, segundo regras definidas pelo Marco Civil da Internet.

Mas não é só. Há outros deveres, a exemplo daqueles relacionados à implementação de uma autorregulação conforme o interesse público e a legislação do país.

Até agora no inquérito civil público, "a grande maioria das principais plataformas do país, além de cumprir decisões reativamente, também age proativamente, promovendo a remoção de postagens incompatíveis com seus termos de uso, suspendendo contas envolvidas em comportamentos abusivos, independentemente de ordem judicial neste sentido", diz a Procuradoria.

Entenda o caso envolvendo o Telegram

O que é o Telegram? É um aplicativo de mensagens com funcionamento parecido com o do WhatsApp. Além de ter alta capacidade de viralização, com grupos que podem comportar até 200 mil membros, o Telegram possui uma dinâmica que se assemelha muito mais a redes sociais. Apesar disso, não modera conteúdo —a não ser em casos como de terrorismo.

Por que o Telegram foi bloqueado em todo o Brasil?

O ministro Alexandre de Moraes disse que "o desrespeito à legislação brasileira e o reiterado descumprimento de inúmeras decisões judiciais pelo Telegram, empresa que opera no território brasileiro, sem indicar seu representante, inclusive emanadas do STF, é circunstância completamente incompatível com a ordem constitucional vigente, além de contrariar expressamente dispositivo legal". Moraes salienta reiteradas vezes a "omissão" do Telegram em fazer cessar a divulgação de notícias fraudulentas e a prática de infrações penais.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 4 e 7